

DESENVOLVIMENTO E SAÚDE: A SUSTENTABILIDADE EM FOCO

DEVELOPMENT AND HEALTH: FOCUS ON SUSTAINABILITY

Recebido em: 10/07/2022

Aceito em: 22/04/2023

Bruna Pereira Alves da Silva¹ 

Eliana Lamberti² 

Resumo: A temática desenvolvimento sustentável ganha relevância mundial por meio da Agenda 2030. A saúde aparece como elemento de estratégias de desenvolvimento no período em que o Brasil estabelece a universalização do acesso à saúde. O objetivo do presente texto é refletir em torno da conexão da saúde (e seus desafios) com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. De forma específica, busca-se compreender a inserção da saúde nas propostas de desenvolvimento, e entender a saúde enquanto um direito social institucionalizado pelo Sistema Único de Saúde. A estratégia metodológica correspondeu a revisão de literatura de caráter exploratório. Os aspectos sociais, políticos, culturais e ambientais foram inseridos em diferentes propostas conceituais de distintas correntes de pensamento permitindo uma compreensão sistêmica do termo sustentabilidade. O Brasil tem muitos desafios no que se refere a contemplar a agenda 2030. No cerne da saúde, as adversidades para contemplar essas metas, passam por problemas antigos e novos. Crises econômicas, responsabilidades compartilhadas entre Estados e municípios, dificuldades orçamentárias e novas pandemias ressaltam a importância dos investimentos para a melhoria do Sistema Único de Saúde.

Palavras-chaves: Desenvolvimento Sustentável, Direito Fundamental, Sistema Único de Saúde.

Abstract: The sustainable development theme gains worldwide relevance through the 2030 Agenda. Health appears as an element of development strategies in the period in which Brazil establishes the universalization of access to health. The purpose of this text is to reflect on the connection between health (and its challenges) and the Sustainable Development Goals. Specifically, we seek to understand the inclusion of health in regional development proposals; and understand health as a social right institutionalized by the Unified Health System. The methodological strategy corresponded to an exploratory literature review. The social, political, cultural and environmental aspects were included in different conceptual proposals from different schools of thought, allowing a systemic understanding of the term sustainability. Brazil has many challenges with regard to contemplating the 2030 agenda. At the heart of health, the adversities to contemplate these goals, go through old and new problems. Economic crises, shared responsibilities between states and municipalities, budget difficulties and new pandemics highlight the importance of investments to improve the SUS.

Keywords: Sustainable Development, Fundamental Right, Unified Health System.

¹ Possui graduação em Educação Física pelo Centro Universitário da Grande Dourados (2016) e Licenciatura em Educação Física pela mesma instituição. Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos (PPGDRS) da UEMS. E-mail: brubsb99@gmail.com

² Professora titular da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e pesquisadora dos temas relacionados ao desenvolvimento regional, relações socioeconômicas em região de fronteira (Brasil / Paraguai) e Direito & Economia. E-mail: eliana@uems.br

INTRODUÇÃO

A saúde é uma dimensão importante dentro das estratégias de desenvolvimento e esta relação também vem sendo incorporada no campo da economia, visto que envolve diferentes aspectos e interesses sociais, políticos e econômicos. No cenário brasileiro, a área da saúde tem sido considerada um vetor inquestionável nos processos de desenvolvimento, apesar de alguns retrocessos recentes³.

Na perspectiva do desenvolvimento, a saúde se constitui como uma das áreas essenciais a serem planejadas e implementadas, tanto pela necessidade de abordagem e planejamento regional da saúde, quanto pelas fronteiras epidemiológicas que não se definem a partir das delimitações políticas e institucionais (GADELHA, 2007). A saúde, como pauta de uma agenda de desenvolvimento, passou por inúmeras transformações e o progresso tecnológico foi a base para as mudanças neste campo. A inovação e a tecnologia geram, na área da saúde, oportunidades para fomentar uma base produtiva mais robusta que pode beneficiar a todos de maneira universal (GADELHA, 2012).

O conceito de desenvolvimento sustentável simboliza um avanço ao considerar a relação complexa e multifacetada entre o desenvolvimento e o meio ambiente, e este com a saúde. Adicionalmente, tem-se a percepção das necessidades do presente, isto é, a primordial busca por respostas para a pobreza disseminada no mundo, cuja superação é essencial para o desenvolvimento; e também o entendimento de que, insistindo no modelo atual de produção e de organização social, serão impostas limitações ambientais para a satisfação das necessidades básicas, seja do presente ou do futuro (DE MARCO; MEZZARROBA, 2017).

O economista Amartya Sen (2000) afirma ser necessário relacionar as dimensões sociais, políticas, econômicas, institucionais e ambientais para tratar de um efetivo desenvolvimento sustentável que exigem novos aportes interdisciplinares.

O presente trabalho tem por objetivo geral refletir sobre a conexão da saúde (e seus desafios) com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). De forma específica, busca-se compreender a inserção da saúde nas propostas teóricas de desenvolvimento; e

³ A Emenda Constitucional no. 95/2016 estabeleceu um regime fiscal para as despesas com saúde e educação atreladas aos valores mínimos estabelecidos em lei e corrigidos apenas pelo índice inflacionário. Sobre este tema, sugere-se a leitura de LAMBERTI, NOLASCO, WANDERLEY E ANANIAS (2018).

entender a saúde enquanto um direito social institucionalizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

A metodologia escolhida para contemplar tais objetivos correspondeu à revisão bibliográfica. Foram selecionadas publicações que abordam as temáticas sobre o SUS e a Agenda 2030. Optou-se por realizar uma seleção dos trabalhos publicados em acervos e periódicos nacionais e internacionais indexados nos bancos de dados no período de 2015 a 2021. A busca ocorreu nos seguintes acervos: Portal Periódicos Capes (Periódicos Capes); Portal Regional da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS); Scientific Electronic Library (SciELO); Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); LILACS; Repositório Institucional Fiocruz (ARCA); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Como primeiro procedimento para busca e seleção dos artigos foram identificados os descritores (Desenvolvimento Sustentável, Sistema único de saúde, Saúde Pública) junto à base da BIREME (DeCs). Com esses descritores, foram identificados 129 (cento e vinte e nove) estudos. Realizou-se também uma busca com o seguinte agrupamento dos termos: “(Desenvolvimento Sustentável) AND (Sistema único de saúde) AND (Saúde Pública)” e “(Agenda 2030) AND (Saúde Pública)”, identificando outros 145 (cento e quarente e cinco) estudos. A busca foi finalizada com um total de 276 (duzentos e setenta e seis) estudos. Este conjunto de publicações passou por uma segunda seleção que objetivou destacar os estudos especificamente relacionados à discussão proposta e englobou 28 (vinte e oito) estudos científicos.

Portanto, para contemplar objetivos propostos, as estratégias metodológicas corresponderam a revisão de literatura de caráter exploratório que permitiram organizar a reflexão proposta em três momentos complementares. O primeiro corresponde a uma breve síntese da evolução da temática desenvolvimento até a incorporação da saúde que no Brasil correspondeu à constituição do Sistema Único de Saúde. O segundo momento adiciona a perspectiva da sustentabilidade à essa problemática vinculando-a à proposta da Agenda 2030. No terceiro momento, destacam-se os desafios atinentes aos aspectos de saúde pública para fins de se alcançarem as metas propostas nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

AS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO E O DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE

A temática do crescimento econômico e desenvolvimento acompanha a formação e a dinâmica do capitalismo. Não é objeto exclusivo, felizmente, da Ciência Econômica ou das

Ciências Sociais Aplicadas. As Ciências Humanas, especialmente a Ciência Geográfica, promovem alternativas conceituais e instrumentais que humanizam as discussões. Do ponto de vista do pensamento econômico, não é consensual a perspectiva do automatismo do crescimento econômico (leia-se aumento quantitativo do Produto Interno Bruto) na geração de mudanças qualitativas e estruturais que definem o desenvolvimento. No princípio, os esforços teóricos concentravam-se nos elementos locais (localização das atividades agrícolas e industriais), conforme mostraram os clássicos trabalhos de Von Thunen, Weber e Losch, ou ainda através das contribuições de Christaller sobre a oferta de serviços e da consequente hierarquia das centralidades urbanas. É no contexto do período pós-guerra mundial que importantes contribuições foram sendo adicionadas ao campo da economia regional, e para o surgimento de políticas de combate às desigualdades (DINIZ, 2009).

O século XX⁴ propiciou não apenas o advento da macroeconomia e crescente disponibilidade de dados, estatísticas e informações quantitativas, como a promulgação dos Direitos Humanos e a emergência da problemática ambiental. O esforço em mitigar as desigualdades regionais semeou novas correntes de pensamento. A primeira é a chamada “ciência regional”, que adaptou as teorias da localização sob a liderança de Walter Isard. O objetivo era ter uma concepção de como se dava a relação dos modelos de equilíbrio, pautados no papel dos custos de transporte, nos mercados concorrenciais, e, simultaneamente, ampliando o arcabouço de técnicas de análise regional, entre as quais os modelos de insumo-produto (DINIZ, 2009).

A segunda foi liderada por François Perroux e a clássica proposta dos polos de crescimento. Com base na economia e empresa dominantes e dos efeitos interindustriais, foi criado o conceito de polo de crescimento e da centralidade da empresa motriz para o fomento desses polos. Perroux foi influenciado pelo conceito de inovação de Schumpeter⁵. (FOCHEZATTO, 2010). A definição de polarização e desequilíbrio regional contou com a contribuição de autores que também se tornaram clássicos (como Myrdal, Hirschman, Kaldor, entre outros).

⁴ Cujas história econômica exige destacar alguns exemplos da dinâmica bélica (Guerras Mundiais, Guerra Fria, Revolução Cubana, Guerra do Vietnã), cíclica (Crise de 1929, Crises do Petróleo) e revolucionária (3ª Revolução Industrial, globalização econômica).

⁵ Este economista austríaco destaca-se por ter inserido no pensamento econômico o conceito e importância da capacidade empreendedora, da inovação e da destruição criativa como vetores do processo de desenvolvimento.

Neste processo, aos poucos vão sendo incorporadas dimensões qualitativas e de natureza social tão urgentes que sempre devem estar na pauta do desenvolvimento, como a educação e a saúde. (SOUZA, 2009). Inicialmente, a saúde era compreendida simplesmente como o estado de ausência de doença. Esse conceito incompleto foi superado, e passou a englobar bem-estar físico, mental e social. Apesar de mais global, essa nova roupagem não está livre de dificuldades, especialmente no que tange a legitimidade dos movimentos que defendem a ‘saúde para todos (SIQUEIRA, *et al*; 2019).

A pobreza é causa da enfermidade e a enfermidade origina maior pobreza em um círculo vicioso. Por conseguinte, a saúde pública é um problema que está relacionado intimamente com o progresso econômico e social que se alcança em uma coletividade (WINSLOW, 1955, p. 110).

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), a saúde é complexa e é caracterizada como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social tendo um caráter mais global e não somente a ausência de afecções e enfermidades”. É um direito social inerente à condição de cidadania, que deve ser confirmado sem qualquer distinção de raça, de religião, ideologia política ou condição socioeconômica, e um valor coletivo, um bem de todos (OMS, 2004). No ano de 2000, uma publicação da Organização das Nações Unidas (ONU) reforça essa ideia e aponta quatro condições mínimas, para que o Estado conceda e garanta o direito a saúde: acessibilidade, disponibilidade financeira, aceitabilidade e qualidade do serviço de saúde pública do país (TEIXEIRA; CRUZ; AZEVEDO, 2016).

Para o pesquisador da temática, Carlos Gadelha:

A relação funcional, harmônica e linear (ou não estrutural) da relação entre saúde e desenvolvimento – e que deixou alguns dos comprometidos com a saúde quase em estado de euforia – foi retratada com força acadêmica e política no famoso relatório da Organização Mundial da Saúde “Macroeconomia e Saúde: investindo na saúde para o desenvolvimento econômico” (GADELHA, 2017).

O Brasil é um país socialmente desigual e caracterizado por concentrações setoriais, regionais e de renda. Em tal contexto, o Sistema Único de Saúde – SUS é um instrumento institucional relevante para corrigir as desigualdades regionais. Sua institucionalização ocorreu em 1988, mas foi sendo pensado anteriormente, especialmente pela VIII Conferência Nacional

de Saúde de 1986 (ALBUQUERQUE; MARTINS, 2017; COHN, 2008; ESCOREL, NASCIMENTO e EDLER 2005)⁶.

Por ter como característica a universalidade, a igualdade de acesso e a integralidade no atendimento, o SUS atinge localidades que dificilmente seriam atendidas caso dependessem exclusivamente da iniciativa privada (SANTOS, 2009; SANTOS, MANZANO & KREIN, 2021). De acordo com Silva & Machado (2019) como também Reis e colaboradores (2016), o Brasil é o único país do mundo com população superior a 200 milhões de habitantes, que possui um sistema de atendimento universal à saúde. Quaisquer tentativas nesta direção e, principalmente, em países com disparidades econômicas e sociais profundas como o Brasil, naturalmente, não são fáceis de serem implementadas⁷.

É na conexão entre o pensamento econômico e a filosofia do direito que Sen (2000) insere a saúde como um elemento básico para a expansão das capacidades que efetivamente garantem a liberdade substantiva e, portanto, o desenvolvimento. A pobreza como privação das capacidades, a desigualdade e as fomes coletivas são temas abordados de forma integrada com a importância dos mercados e do Estado para garantir oportunidades sociais. A condição de agente das mulheres, a cultura e os direitos humanos também integram o rol de elementos sobre os quais o economista elabora sua tese “Desenvolvimento como Liberdade”.

São cinco os tipos de liberdade que promovem o desenvolvimento: a) liberdades políticas (relacionadas à democracia e participação cidadã), facilidades econômicas (se referem às condições de mercado e troca), oportunidades sociais (advindas das condições de saúde e educação), garantias de transparência e segurança protetora (proteção social contra a fome e miséria). Estas liberdades se inter-relacionam e complementam, bem como os fundamentos de justiça e do bem-estar devem considerar as heterogeneidades pessoais, as diversidades ambientais e variações no clima social. A saúde e o desafio ambiental estão presentes nas contribuições deste teórico. A saúde enquanto algo inegociável do ponto de vista dos direitos, e a questão ambiental enquanto um problema de valor social, de senso de responsabilidade e

⁶ Essa Conferência destacou a municipalização como forma de executar a descentralização das ações de saúde e as bases do sistema atual, o Sistema Único de Saúde (SUS), foram dadas por esta conferência. (MELO, 2021)

⁷ Antes da implementação do SUS, a interiorização da atenção à saúde ocorria por meio da disseminação dos atendimentos no Brasil pelo Projeto Rondon e o Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento (PIASS), ambos durante o Regime Militar pós 1964; e pelo Programa de Interiorização do Sistema Único de Saúde (PISUS) e o Programa de Interiorização do Trabalho em Saúde (PITS), referente ao período pós redemocratização de 1985.

que requer uma ética ambiental que ilustra a interdependência entre liberdade e responsabilidade.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: DO CONCEITO À AGENDA 2030

Assim como o conceito de desenvolvimento não é objeto de consenso entre os teóricos, a tentativa de qualificar e estabelecer “modelos” para o alcance da condição de desenvolvimento também não navega em águas tranquilas. A diversidade de adjetivos (econômico, regional, endógeno, territorial, local) expressa a importância e a atualidade da discussão.

A perspectiva da sustentabilidade data de meados de 1970 com o nome de ecodesenvolvimento⁸, e resultou do esforço que envolvia, de um lado, os desenvolvimentistas e, de outro, os defensores do crescimento zero. Para os chamados de “zeristas” ou (pejorativamente) “neomalthusianos”, se o crescimento econômico não cessasse, os limites ambientais levariam a catástrofes (ROMEIRO,2012). E ainda, é salutar destacar a razoabilidade dos argumentos daqueles que afirmam não haver possibilidade de o capitalismo ser sustentável. Tal perspectiva se pautava na conclusão de que sua dinâmica é baseada no consumismo, na obsolescência programada, na criação constante de novas demandas e novos produtos e portanto, tem na sua lógica, a insustentabilidade. Ademais, a crença na capacidade da ciência e da tecnologia em resolver os problemas ambientais é testada pelos eventos climáticos crescentemente catastróficos e a geração dos chamados refugiados climáticos.

Entre aqueles que advogam ser o desenvolvimento sustentável uma possibilidade para os seres humanos no contexto do capitalismo, destacamos Capra (2005), Porto-Gonçalves (2006) e Sachs (2009).

O teórico de sistemas e físico Fritjof Capra (2005), de modo pragmático, defende uma nova alfabetização: a ecológica. O homem precisa se entender enquanto um ser vivo, integrante de um sistema ecológico e essa compreensão sistêmica corresponde à premissa de que a vida é dotada de uma unidade fundamental. Para explicar a proposta sistêmica da sustentabilidade, o teórico discute comportamentos sociais, a dinâmica complexa e não linear da cultura, os arranjos sociais e os conflitos de poder, o papel das lideranças, a complexidade

⁸ Para uma discussão detalhada das diferentes perspectivas e dimensões que o termo sustentabilidade pode receber, sugere-se a leitura de SACHS (2009) e VEIGA (2010).

e turbulência do capitalismo global e os impactos sobre a ecologia. A vida deve deixar de ser uma mercadoria suprema! Para Capra (2005) a sustentabilidade corresponde a um processo dinâmico de coevolução no qual comunidades humanas sustentáveis podem ser organizadas a partir da dinâmica dos ecossistemas naturais com princípios de organização pautados na ecologia.

O geógrafo Porto-Gonçalves (2006) defende que o desafio ambiental requer outros valores, como a solidariedade, a generosidade, a equidade, a liberdade e a democracia de alta intensidade. Para o autor, não é prudente dar espaço para o ecologismo ingênuo e desconectar os desafios da essência do atual contexto neoliberal; bem como, deve ser superada a crença desprovida de criticidade de que há solução técnica para tudo. O sistema técnico (as inovações, a ciência, a tecnologia) inventado por qualquer sociedade traz embutido a sociedade que o criou, suas intencionalidades e suas contradições. Desta forma, pensar a questão ambiental requer um novo sentido ético, filosófico e político para a vida em sociedade.

De modo objetivo e sistêmico, Sachs (2009) alinhava a sustentabilidade a partir de algumas dimensões e do papel dos direitos humanos, políticos, sociais, econômicos e culturais, incluindo o direito coletivo ao meio ambiente. Este teórico também advoga por uma nova disciplina (tanto na perspectiva acadêmica científica como da vida em sociedade) que deve reger as transformações necessárias: a eco-sócio-economia. Para além do tripé convencionalmente difundido, Sachs (2009) define o desenvolvimento sustentável como aquele que promove mudanças qualitativas e se estruturam em oito dimensões complementares e sistêmicas.

A dimensão social pressupõe uma razoável homogeneidade social proporcionada pela distribuição de renda justa, pelo emprego pleno ou autônomo com qualidade de vida decente, e igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais. A cultura envolve mudanças motivadas pela inovação, mas com a permanência e valorização de aspectos tradicionais. Essa simbiose deve capacitar a sociedade para a elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno baseado na autoconfiança combinada com abertura para o mundo. A ecologia está vinculada à preservação do potencial do capital natureza na produção de recursos renováveis e na limitação do uso dos recursos não renováveis. A dimensão ambiental corresponde ao respeito e destaque para a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais. O território se vincula às configurações urbanas e rurais balanceadas, à melhoria do ambiente urbano e

superação das disparidades inter-regionais, bem como às estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis. De forma específica, a dimensão econômica deve desaguar no desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado; na segurança alimentar, na capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção; em um razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica, e inserção soberana na economia internacional. O contexto político, é tratado pelo autor, na sua vinculação tanto em escala nacional como internacional. Em termos nacionais, o sistema político deve promover a democracia pautada na defesa universal dos direitos humanos, na capacidade do Estado em implementar um projeto nacional e considerando o potencial da capacidade empreendedora. Em nível internacional, a dimensão política deve considerar a prevenção de conflitos bélicos e, portanto, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional. Relações e parcerias em prol do co-desenvolvimento, baseado no princípio de igualdade, controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios, controle institucional efetivo da gestão do meio ambiente e dos recursos naturais, prevenção das mudanças globais negativas, proteção da diversidade biológica (e cultural), gestão do patrimônio global como herança comum da humanidade e, um sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica ilustram as pautas estratégicas que devem conciliar a governança mundial em prol da sustentabilidade.

Neste contexto e nas últimas décadas, teorias sobre o desenvolvimento inspiram trabalhos de médicos e intelectuais acerca das relações entre saúde e os aspectos econômicos e sociais. Temas como direito à atenção médica, socialização dos serviços de saúde e nacionalização da indústria farmacêutica movimentaram-se por autores como Samuel Pessoa, Mário Vítor de Assis Pacheco, Mário Magalhães, Álvaro de Faria e Carlos Gentile de Mello (COSTA; BAHIA; BRAGA, 2017).

A partir do século XXI, as discussões têm refletido e externado ações intergovernamentais em prol do desenvolvimento humano e tiveram por orientações os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Tais objetivos buscavam acabar com a extrema pobreza e garantir o provimento de serviços básicos como água potável e saneamento básico, que são vedados a uma parcela considerável da população mundial (GUIMARÃES; FERREIRA, 2020).

Com esse mesmo ideal, aproximadamente duzentos países orientados pelos ODM pactuaram a cumprir novos objetivos globais entre os anos de 2015 e 2030, que foram

estipulados pela Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da Agenda 2030, e seus respectivos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) (SIQUEIRA; MOTA, 2017).

A Agenda 2030 é um projeto da Organização das Nações Unidas (ONU) que apresenta um compromisso global em prol do desenvolvimento sustentável. O principal objetivo é garantir o desenvolvimento humano e o atendimento às necessidades básicas do cidadão por meio de um encadeamento econômico, político e social que respeite o ambiente e a sustentabilidade (IPEA,2019). Ratificada, em 2015, por 193 países, essa Agenda foi estruturada por 17 Objetivos – os ‘ODS, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável’ – organizados em 169 metas, que devem ser alcançadas até o ano de 2030, (BUSS *et al*, 2017).

A agenda está pautada em uma proposta que envolve uma gama de áreas de atuação, como: erradicação da pobreza e da fome; saúde e bem-estar; educação; igualdade de gênero; acesso à água potável e saneamento; energia limpa; trabalho de qualidade; crescimento econômico sustentável; redução das desigualdades sociais; busca por uma vida sustentável; inovações em infraestrutura; consumo responsável; cidades saudáveis; responsabilidade para com o clima; redução das desigualdades; instituições eficazes; e paz social (GUMIERO, 2019). E ainda, é o primeiro Plano de Desenvolvimento que articula a questão ambiental, reduzindo assim os riscos de elaborar duas agendas paralelas: uma para o desenvolvimento sustentável, outra para a proteção ambiental. É também a primeira a apresentar um enfoque integrado das três dimensões de desigualdades: econômica, social e política. Tradicionalmente analisado à luz de três elementos fundamentais — a inclusão social, o crescimento econômico e a proteção ambiental —, o conceito de desenvolvimento sustentável assumiu um significado mais amplo com a adoção da Agenda 2030, que acrescenta a essa abordagem tradicional dois componentes críticos: a parceria e a paz (PAIXÃO; VALENTIM; DIAS, 2019).

A sustentabilidade encontra-se na junção de cinco dimensões. Como o lema da agenda 2030 é: “Ninguém pode ficar de fora!”, ou “não deixar ninguém para trás”, foram propostas cinco áreas de importância crucial para a humanidade e o planeta, que são os 5Ps: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias.

Figura 1. As 5 dimensões da Agenda 2030.



FONTE: <https://sc.movimentoods.org.br/os-5ps-da-sustentabilidade/>

A figura 1 representa as 5 dimensões da Agenda 2030. Na dimensão “Pessoas”, o compromisso assumido pelos países membros da ONU é o de acabar com a pobreza e a fome, em todas as suas formas e dimensões, e garantir que todos os seres humanos possam realizar todo o seu potencial com dignidade e igualdade, em um ambiente saudável. O conceito da ONU em relação à dimensão “Planeta” diz respeito à proteção do planeta contra a degradação, sobretudo por meio do consumo e da produção sustentáveis, da gestão sustentável dos seus recursos naturais e de medidas urgentes sobre a mudança climática, para que ele possa suportar as necessidades das gerações presentes e futuras (ARZABE, 2018).

A dimensão “Parcerias” aborda a necessidade de mobilizar os meios necessários para a implementação da Agenda 2030 da ONU, através de uma parceria global para o desenvolvimento sustentável, com base num espírito de solidariedade concentrada, em especial, nas necessidades dos mais pobres e mais vulneráveis, com a participação de toda a sociedade. De acordo com a ONU, a dimensão “Paz” é definida como aquela capaz de promover sociedades parcerias, justas e inclusivas que estão livres do medo e da violência.

Não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz e não há paz sem desenvolvimento sustentável. A comunidade internacional reconhece a intrínseca relação entre paz e disponibilidade de alimentos.

OS ODS E SUAS CONEXÕES COM A SAÚDE

Os ODS não representam a Agenda em sua integralidade. Eles não são uma síntese da Agenda, mas sim áreas de intervenção necessárias a fim de alcançar o desenvolvimento sustentável. Os 17 objetivos devem ser vistos como peças indispensáveis de um grande e complexo quebra-cabeça.

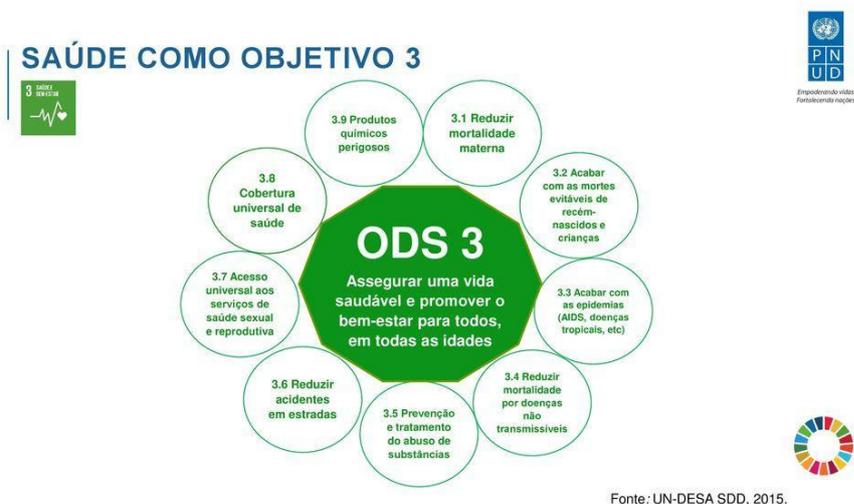
FIGURA 2. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU.



FONTE: <https://www.aeconomiab.com/serie-pandemia-ods-agenda-2030/>

Nessa proposta, o ODS 3 é destinado à ‘Saúde e ao Bem-Estar’ e conta com nove metas que abrangem: a redução das mortalidades materna, infantil, prematura por doenças não transmissíveis, por acidentes nas estradas, por produtos químicos perigosos e por contaminação e poluição do ambiente; malária, a extinção das epidemias de Aids, tuberculose, doenças negligenciadas e o combate à hepatite; a promoção da saúde mental; acesso a serviços de qualidade e a vacinas e medicamentos essenciais e seguros a prevenção e o a promoção da saúde mental, o acesso universal aos serviços de saúde sexual e saúde reprodutiva; tratamento ao abuso de álcool e outras drogas; e a cobertura universal de saúde, incluindo proteção ao risco financeiro.

Figura3. ODS 3: saúde e bem-estar.



De acordo com GADELHA (2017), de forma equitativa, a agenda 2030 sem o SUS, não é possível haver desenvolvimento sustentável no Brasil. E sem um Complexo Econômico e Industrial robusto, independente e soberano, não será factível sustentar um sistema de saúde público, global, livre e de qualidade⁹. Os ODS são pontos de pressão que têm a capacidade de afetar a saúde de todo o planeta e das pessoas que vivem nele. Uma vez que os ODS são o resultado de amplas negociações políticas e consultas individuais, eles não são perfeitos, mas representam, indiscutivelmente, algumas das mais urgentes necessidades universais do mundo hoje.

Os teóricos do desenvolvimento, especialmente aqueles que se debruçam sobre os problemas estruturais da realidade latino-americana¹⁰, defendem a importância e o papel central que o Estado desempenha no planejamento e promoção do desenvolvimento, em qualquer escala, seja nacional, regional ou local, bem como da inovação e do progresso

⁹ O conceito do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS) foi concebido em trabalhos de pesquisa realizados no início dos anos 2000. “Complexo da Saúde”, passou por diferentes denominações em função das ênfases buscadas em sua aplicação teórica e política: Complexo Industrial da Saúde, Complexo Produtivo da Saúde e Complexo Industrial e de Serviços em Saúde. Destaca-se também, em sua concepção, a contribuição pioneira para a análise da área de vacinas – particularmente do Programa Nacional de Imunizações (PNI) e do Programa de Autossuficiência Nacional em Imunobiológicos (PASNI) –, como um dos segmentos produtivos do CEIS que melhor permitia apreender a mútua determinação social e econômica do desenvolvimento (GADELHA; TEMPORÃO, 2018).

¹⁰ Destaca-se a importância da institucionalização de uma corrente de pensamento alternativa e heterodoxa por meio da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL). O economista brasileiro Celso Furtado é um dos seus pensadores centrais cujas análises e contribuições foram fundamentais para a compreensão das raízes estruturais da condição de subdesenvolvimento brasileiro.

tecnológico. Embora, a saúde não estivesse presente de forma explícita nas discussões teóricas dos autores clássicos, coube ao economista indiano Amartya Sen fazê-lo por meio de sua tese (cuja contribuição foi citada no item anterior) que foi premiada com o Nobel de Economia em 1998. O significado desse reconhecimento pode ser sintetizado pelo consenso em torno dos aspectos qualitativos e da importância da saúde e da educação como premissas básicas para o bem estar social. Com isso, atualmente, muitas são as reflexões e propostas acerca da importância da saúde para o desenvolvimento. Contudo, estas não ocorrem sem conflitos de interesses ou de forma consensual em torno da compreensão das desigualdades estruturais para quem precisa de acesso aos serviços e bens de saúde pública e a pressão pela privatização deste setor. Neste sentido, a saúde ao ser contemplada como uma das metas dos ODS, tem sua importância e prioridade institucionalizada em nível global e de forma inquestionável.

De acordo com Carlos Gadelha (2017), a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável é formada por meio de um conjunto de convicções aspiracionais, de princípios globais que devem ser buscados em sociedade. Ela propõe uma arquitetura de desenvolvimento economicamente dinâmico, socialmente justo e que respeite as condições ambientais. Entretanto, este processo não ocorre de maneira natural ou linear. E sim de forma antagônica, uma vez que a consequência da atual dinâmica de evolução no planeta é a desigualdade, a assimetria e a exclusão.

Nesse sentido, a Agenda 2030 ao destacar a busca pela equidade, visibiliza e viabiliza na esfera acadêmica e na arena política os programas e projetos de desenvolvimento global, nacional e local. Contudo, é preciso ressaltar que as metas de Desenvolvimento Sustentável não serão cumpridas se o capitalismo, dada sua natureza excludente, continuar priorizando a lógica de mercado. É necessário haver uma comunicação entre a sociedade, Estado e mercado, nesta ordem, para que as propensões da sociedade se expressem no Estado e no mercado, de forma que a sociedade regule ambos e não o contrário (GUMIERO, 2019).

As metas globais e nacionais que compõem o ODS 3 têm um percurso desafiador e difícil pela frente. Os efeitos das restrições fiscais sobre o SUS e sobre as demais políticas e programas que contribuem para o alcance do ODS 3 impactam diretamente nas metas que buscam a redução da pobreza, as que viabilizam a educação, a igualdade de gênero, o acesso à água potável e ao saneamento, o trabalho decente e a contenção das desigualdades. Corroborando com esta análise:

[...] as desigualdades, inclusive na atenção sanitária e não apenas no alcance da saúde, também podem ser importantes para a justiça social e a equidade na saúde [...] Suponhamos que as pessoas A e B têm exatamente as mesmas predisposições em relação à saúde, entre elas a mesma propensão para uma enfermidade particularmente dolorosa. Mas A é muito rico e consegue curar ou suprimir completamente sua doença com algum tratamento médico caro, enquanto B, que é pobre, não pode pagar tal tratamento, pelo que sofre muito com a moléstia. Aqui há uma clara desigualdade na saúde. [...] os recursos usados para curar o rico A poderiam ter sido usados para proporcionar algum alívio a ambos [...] (Sen, 2002, p.305).

A Agenda 2030 enfrenta a ameaça de os ODS não serem concretizados ou serem parcialmente cumpridos. Alguns países nem ao menos podem atingir resultados parciais, ao não apresentar propostas concretas de governança e financiamento. Se os países que mais precisam se esforçar para cumprir os ODS são aqueles classificados como ‘em desenvolvimento’ e ‘pobres¹¹’, destaca-se o fato de que, na maioria deles, as prioridades orçamentárias não são eficientes para alavancar o desenvolvimento que a Agenda se propõe, principalmente nos países onde há políticas de restrição de gastos e de redução do papel do Estado.

Para Lorenzetti e colaboradores (2014), o SUS é considerado uma conquista social de todos os cidadãos brasileiros e, mesmo os recursos sendo insuficientes, este teve um grande avanço em decorrência da criação Estratégia de Saúde da Família (ESF), entretanto possui como ponto negativo a dependência dos serviços da iniciativa privada (casos de média e alta complexidade). Para Campos (2018), os acontecimentos nos cenários político e econômico que ocorreram nos últimos 10 anos foram desfavoráveis para a estabilidade do SUS.

De acordo com as bases teóricas, as respostas para essa questão são pautadas em conceitos de mudanças estruturais. Os ODS precisam ser contemplados com ferramentas de planejamento a médio e longo prazo que objetivam políticas nacionais e subnacionais nos campos ambiental, social, político e econômico.

É necessário pensar em políticas “de baixo para cima”, com a utilização de indicadores para medir e acompanhar o progresso dos ODS, fazer com que os governos locais/regionais apoiem essas ações, e que através das metas propostas nos ODS podem contribuir para arcabouço robusto de novas políticas de desenvolvimento local. É dessa visão que se torna relevante e inovadora a necessidade de uma economia política da saúde. Logo, o problema da

¹¹ A evolução das categorias de classificação dos países expressa os critérios, modelos e inclinações teóricas que embalam essa discussão: Primeiro Mundo *versus* Terceiro Mundo, desenvolvidos *versus* subdesenvolvidos; industrializados *versus* em vias de industrialização; Ricos *versus* Pobres; Vencedores *versus* perdedores.

saúde brasileira é centrado nas conjunturas de um modelo político estruturalmente frágil, volátil e desigual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir e entender os desafios para a saúde e a sustentabilidade dos ODS, tanto do ponto de vista teórico como prático, foi a motivação para a proposição do presente texto. Tanto o tema da saúde como e, principalmente, da sustentabilidade mostram-se em constante transformação seja em sua abordagem, nas possibilidades conceituais ou de modo pragmático.

O pensamento teórico, especialmente o da ciência econômica e regional, caminhou no sentido de superar a mera abordagem mecanicista e de mercado para incorporar os elementos de caráter “humanitário” em seus modelos e propostas de desenvolvimento. Os aspectos sociais, políticos, culturais e ambientais foram inseridos em diferentes propostas conceituais de distintas correntes de pensamento permitindo uma compreensão sistêmica do termo sustentabilidade. A saúde não poderia deixar de ocupar um espaço central nessa dinâmica.

Do ponto de vista teórico, o reconhecimento da saúde enquanto um direito fundamental e um elemento constitutivo do desenvolvimento foi reconhecido pela academia e materializado no Prêmio Nobel de Economia em 1998 concedido ao economista Amartya Sen por sua tese “Desenvolvimento como liberdade”. Dez anos antes, o Brasil já estava na vanguarda ao prever, na Constituição Federal, a garantia do acesso universal por meio do Sistema Único de Saúde. O século XXI, é coroado com a Agenda 2030 que coloca a sustentabilidade como um objetivo também universal.

O Brasil tem muitos desafios no que concerne a agenda 2030. Em se tratando especificamente da saúde, as adversidades para contemplar os ODS passam por problemas históricos e ganham proporção por meio da crise do federalismo cooperativo que dispõe o Sistema Único de Saúde (SUS). Estados e municípios enfrentam dificuldades orçamentárias, limitam seus investimentos, tentam lidar com a falta de novos recursos federais como um dos principais obstáculos para a melhoria do SUS.

A agenda de saúde precisa fazer parte da discussão do padrão do desenvolvimento brasileiro de maneira concreta, a partir da sua conexão estrutural com o desenvolvimento econômico, com a equidade, a sustentabilidade ambiental e a mobilização política. Ela deve ser

abordada como engrenagem endógena da discussão de um modelo de desenvolvimento brasileiro. Os desafios são imensos uma vez que a realidade brasileira é de um país tecnologicamente dependente e com uma estrutura social e econômica desigual e com fragilidades estruturais marcantes.

Sendo assim, fazendo-se uma análise do contexto do SUS, torna-se visível uma crescente preocupação com o desenvolvimento sustentável. Contudo, a austeridade fiscal marca o contexto das políticas públicas no Brasil, sobretudo, como tem sido apontada como fator determinante da piora da situação de saúde da população em todo o mundo, principalmente entre os grupos socioeconomicamente mais vulneráveis. É necessária maior alocação de recursos federais, pois sem o aporte suficiente de recursos para o financiamento do SUS e para outras políticas que atuam sobre determinantes sociais da saúde, associado à redefinição das prioridades das políticas de saúde. Para contemplar as metas do ODS 3, é crucial garantir o acesso aos bens e serviços de saúde e da melhoria da qualidade na prestação desses serviços, bem como de maior aporte para pesquisa e desenvolvimento.

É possível relacionar o conceito de desenvolvimento por meio da inovação como um processo político e social, e não apenas técnico – definida como a transformação produtiva para um certo modelo de sociedade –, e que traz, como princípio inerente ao conceito, a sua extensão ética e social atrelada ao atendimento das necessidades humanas.

O horizonte temporal dos ODS (quinze anos) é insuficiente para a concretização das mudanças estruturais que requerem um longo prazo. Porém, estabelecer prazos é um recurso didático importante. Os 17 objetivos não trazem “nada novo”, porém, destaca tudo que é importante novamente. Fome, pobreza, falta de água potável, preconceito, racismo, desigualdade e guerra acompanham e adoecem a humanidade desde seu surgimento. Dar prioridade ao combate desses problemas antigos considerando os novos desafios (energias renováveis, inovação, cidades inteligentes, governança global) é, sem dúvida, um importante marco proposto pela Agenda 2030.

O trajeto reflexivo presente nas páginas anteriores permitiu concluir que não é possível falar em desenvolvimento sem que a saúde seja uma área prioritária e ela está intimamente relacionada com as demais destacadas pelos outros ODS. Tal relacionamento converge com a perspectiva conceitual e sistêmica das dimensões da sustentabilidade. Contudo, os esforços serão inócuos se não partirem do contexto desafiador e neoliberal que tem determinado as escolhas políticas e econômicas. É preciso valorizar os esforços teóricos

que devem estar vinculados à realidade empírica de desigualdade e injustiça de toda ordem. Os direitos humanos, o direito ambiental e o direito à saúde devem ser o único tripé a reger qualquer “modelo de equilíbrio”.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Ceres; MARTINS, Mônica. Indicadores de desempenho no Sistema Único de Saúde: uma avaliação dos avanços e lacunas. **Saúde em Debate**, v. 41, p. 118-137, 2017.

ARZABE, Cristina et al. Contribuições da Embrapa para os 5 Ps: pessoas, prosperidade, planeta, parceria. In. DE OLIVEIRA, Y. M. M. et al. **Pesquisa e inovação agropecuária na Agenda 2030 : contribuições da Embrapa e parceiros** / Valéria Sucena Hammes et al, editores técnicos. – Brasília, DF : Embrapa, 2018.

BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil, 1988**. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 22 mai. 2022

BUSS, Paulo Marchiori. Agenda do Desenvolvimento 2030 e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. In: **Seminário Saúde, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**, Rio de Janeiro, Fiocruz, 2017. Acesso em: 24 mai. 2022. <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/21034>

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2005.

CAMPOS, Oswaldo. Contribuição ao estudo dos sistemas de saúde. Pesquisa e inovação agropecuária na Agenda 2030. In. DE OLIVEIRA, Y. M. M. et al. **Pesquisa e inovação agropecuária na Agenda 2030 : contribuições da Embrapa e parceiros** / Valéria Sucena Hammes et al, editores técnicos. – Brasília, DF : Embrapa, 2018

COHN, Amélia. Políticas de saúde e reforma sanitária hoje: delimitações e possibilidades. **Ciência & Saúde Coletiva** , v. 13, n. supl. 2, pág. 2021-2023, 2008.

COSTA, Laís Silveira; BAHIA, Ligia; BRAGA, Patrícia Seixas da Costa. Healthcare and development: a dialog with the thinking of Celso Furtado. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 2119-2127, 2017.

DALLABRIDA, Valdir Roque.; Teorias do Desenvolvimento: aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões, territórios ou países. Curitiba: CRV, 2017, disponível em: https://zenodo.org/record/4321334#.YG8PSj_mPIU)

DE MARCO, Cristhian Magnus; MEZZAROBBA, Orides. O direito humano ao desenvolvimento sustentável: contornos históricos e conceituais. **Veredas do Direito: Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**, v. 14, n. 29, p. 323-349, 2017.

DINIZ, Clélio Campolina. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. **Nova economia**, v. 19, p. 227-249, 2009.

DOS SANTOS, Anselmo Luís et al. Heterogeneidade da distribuição dos profissionais de saúde no Brasil e a pandemia Covid-19. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 16, n. 28, p. 197-219, 2021.

SCOREL, Sarah; NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; EDLER, Flavio Coelho. As origens da reforma sanitária e do SUS. In: **Saúde e democracia: história e perspectivas do SUS**. 2005. p. 59-81.

A ECONOMIA.SITE DE NOTICVIAS FIGURA 2. **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU. Série: A Pandemia de Covid-19 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**. <https://www.aeconomiab.com/serie-pandemia-ods-agenda-2030/#respond>

FOCHEZATTO, Adelar. Desenvolvimento regional: novas abordagens para novos paradigmas produtivos. In: CONCEIÇÃO, Octávio A. C. et al. (Org.). **O ambiente regional**. Porto Alegre: FEE, 2010. (Três décadas de economia gaúcha, 1).

GADELHA, Carlos Augusto Grabois; Agenda 2030: “Sem o SUS, não há desenvolvimento sustentável”, <https://portal.fiocruz.br/noticia/agenda-2030-sem-o-sus-nao-ha-desenvolvimento-sustentavel-diz-carlos-gadelha> Data de publicação: quarta-feira, 25 Outubro, 2017 **Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS) [1] 2017**.

GADELHA, Carlos Augusto Grabois; COSTA, Laís. Integração de fronteiras: a saúde no contexto de uma política nacional de desenvolvimento. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, p. S214-S226, 2007.

GADELHA, Carlos Augusto Grabois. **A dinâmica do sistema produtivo da saúde: inovação e complexo econômico-industrial**. Editora Fiocruz, 2012.

GADELHA, Carlos Augusto Grabois; TEMPORÃO, José Gomes. Desenvolvimento, Inovação e Saúde: a perspectiva teórica e política do Complexo Econômico-Industrial da Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, p. 1891-1902, 2018.

GUMIERO, Rafael Gonçalves. Balanço da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável da sub-região de faixa de fronteira Oiapoque. **Planificación multiescalar, regional y local. Volumen I. Santiago: CEPAL, 2019. LC/TS. 2019/53. p. 129-145, 2019**.

GUIMARÃES, Édson; FERREIRA, Maria Inês. Na contramão dos objetivos do desenvolvimento sustentável: avaliação da pobreza hídrica na região estuarina do Rio Macaé, Macaé/RJ. **Saúde e Sociedade**, v. 29, 2020.

GURGEL, Telma. Feminismo de classe: história, movimento e desafios teóricos-políticos do feminismo na contemporaneidade. In: **Fazendo Gênero 9 – Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**, 2010, Florianópolis, SC. Anais (on-line). Florianópolis, 2010. Disponível: <http://www.mulheresprogressistas.org/AudioVideo/FEMINISMO%20E%20LUTA%20DE%20CLASSE.pdf> Acesso em 10 mai de 2018.

Instituto de Pesquisa Aplicada, **IPEA**. Agenda 2030 - ODS - Metas nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Brasília: 2019. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/ods/ods11.html>

LAMBERTI, Eliana. NOLASCO, Loreci Gottschalk. WANDERLEY, Lucas Felix. ANANIAS, Ricardo Alex Ribeiro. Emenda Constitucional no. 95/2016: possibilidades de violação de direitos fundamentais? IN: OLIVEIRA, José Pericles. PANTONI, Roberta Alessandra. PEREIRA, Juliano Gil (Org.). **Constituição e Processo**. São Carlos: Pedro&João Editores, 2018.

LORENZETTI, Jorge et al. Organização do trabalho de enfermagem hospitalar: abordagens na literatura. **Texto & Contexto-Enfermagem** , v. 23, p. 1104-1112, 2014.

MACHADO, Vilma de Fátima. **A produção do discurso do desenvolvimento sustentável: de Estocolmo à Rio-92**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2005.

MELO, Laura Karoline Silva. **ESTUDANTES DE MEDICINA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA FRONTEIRA: um olhar sobre as cidades gêmeas de Ponta Porã-BR e Pedro Juan Caballero-PY**. Unidade Universitária de Ponta Porã. Dissertação de mestrado/PPGDRS. Ponta Porã, MS: UEMS, 2021.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & contexto-enfermagem**, v. 17, p. 758-764, 2008.

MYRDAL, Gunnar. Les aspects économiques de la santé. **Revue économique**, v. 3, n. 6, p. 785-804, 1952. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/349765>- Acesso em 15 de junho de 2022.

MOVIMENTO NACIONAL ODS SANTA CATARINA. **Figura dos 5 Ps da sustentabilidade**. 2021. Disponível em: <https://sc.movimentoods.org.br/os-5ps-da-sustentabilidade/> Acesso em: 10 de outubro de 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Nações Unidas no Brasil. Transformando Nosso Mundo: **A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**, 2015. Acesso em: 24 jul. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Obesidade: prevenindo e controlando a epidemia global: relatório da consultoria da OMS. São Paulo: Editora Roca; 2004.

PAIXÃO, Rhanna Maria Santos; VALENTIM, Isabella Monteiro; DIAS, Luiane Magalhães. Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: Um estudo sobre a implementação dos ODS de 1 ao 4 no Brasil. **Fronteira: revista de iniciação científica em Relações Internacionais**, v. 18, n. 36, p. 233-256, 2019.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). **Acompanhando a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**: subsídios iniciais do Sistema das Nações Unidas no Brasil sobre a identificação de indicadores nacionais referentes aos objetivos de desenvolvimento sustentável/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Brasília: PNUD, 2015. 291 p. :

REIS, Ademar Arthur Chioro dos et al. Tudo a temer: financiamento, relação público e privado e o futuro do SUS. **Saúde em Debate**, v. 40, p. 122-135, 2016.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. **Estudos avançados**, v. 26, p. 65-92, 2012.

SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTOS, Isabela Soares; VIEIRA, Fabiola Sulpino. Direito à saúde e austeridade fiscal: o caso brasileiro em perspectiva internacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, p. 2303-2314, 2018.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade** São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

SEN, Amartya. ¿ Por qué la equidad en salud?. **Revista Panamericana de saúde pública**, v. 11, n. 5-6, pág. 302-309, 2002.

SEN, Amartya; KLIKSBURG, Bernardo. **As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado**. Editora Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Manoel Carlos Neri da; MACHADO, Maria Helena. Sistema de Saúde e Trabalho: desafios para a Enfermagem no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 07-13, 2019.

SIQUEIRA, Isabel Rocha de.; MOTA, Daniel José Milhomen. **Agenda 2030 e desenvolvimento humano**: uma análise da política migratória brasileira. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2017.

SIQUEIRA, Franciele Viana et al. Excesso de peso e fatores associados entre profissionais de saúde da Estratégia Saúde da Família. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 27, p. 138-145, 2019.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento regional**. São Paulo. Editora Atlas, 2009.

TEIXEIRA, Janine Vieira; CRUZ, César Albenes de Mendonça; AZEVEDO, Ana Paula. Universalidade do atendimento à saúde no Brasil: impasses e perspectivas. **Revista de Políticas Públicas (RPP)**, 2016.

UNITED NATIONS. Un-desa. **Figura 3 Saúde e bem-estar.** publication Sales No. E.15.I.5, 2015

VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

WINSLOW, Carlos Eduardo. Quanto custa a doença e quanto vale a saúde. **Publicação Científica; 16**, 1955.